

A edilidade lisboeta e o poder régio: *dinâmicas de conflito e cooperação a partir da fiscalidade régia (séculos XIV-XV)*

Catarina Rosa¹

Resumo

Ao longo dos séculos XIV e XV, a fiscalidade aplicada pelo poder régio em Lisboa foi um importante fator de articulação entre a Coroa e edilidade lisboeta. Uma articulação, por sinal, detetável a diversos níveis, designadamente: a denúncia dos abusos praticados pelos oficiais régios que intervinham no processo de recolha fiscal; o apoio financeiro dispensado pela instituição camarária à Coroa; e a atribuição por parte do poder real de privilégios de natureza fiscal em retribuição pelos serviços prestados pelo concelho. Neste sentido, o presente texto visa dar a conhecer as dinâmicas de conflito e de cooperação entre o poder régio e o poder concelhio e apresentar um balanço da relação entre os dois poderes a partir do observatório da fiscalidade régia, tendo em conta, por um lado, o protagonismo económico, político e social da cidade de Lisboa no contexto da rede urbana medieval portuguesa, traduzido no seu estatuto de cabeça do reino, incontestável na cronologia aqui privilegiada; e, por outro lado, o apertado controlo exercido pela Coroa sobre a gestão deste núcleo urbano e a forte dependência da elite camarária lisboeta em relação à realeza e ao oficialato régio.

Palavras-chave

Idade Média (sécs. XIV-XV); Lisboa; Fiscalidade régia; Conflito; Cooperação; Negociação.

¹ IEM/NOVA FCSH.

The city council of Lisbon and the royal power: dynamics of conflict and cooperation from the viewpoint of royal fiscality (14th-15th centuries)

Abstract

Over the fourteenth and fifteenth centuries, taxation applied by the royal power in Lisbon was an important factor in the articulation between the Crown and the city council of Lisbon. This articulation was detectable at different levels, namely: the abuses practiced by the royal officials who intervened in the tax collection process; the financial support provided by the municipality to the Crown; and the attribution of fiscal privileges given by the royal power in return for the services provided by the city. Therefore, this paper aims to explore the dynamics of conflict and cooperation between the royal and the municipal authorities, as well as to offer an insight into the relationship between the two powers from the viewpoint of royal taxation, taking into account, on the one hand, the economic, political and social role of Lisbon in the context of the Portuguese medieval urban network, reflected in its status as head of the kingdom, indisputable in this chronology; and, on the other hand, the control exercised by the Crown over this urban center and the dependence of Lisbon's power elite on the monarchy.

Keywords

Middle Ages (14th-15th centuries); Lisbon; Royal fiscality; Conflict; Cooperation; Negotiation.

1. Contextualização

Ao longo dos séculos XIV e XV, a fiscalidade régia foi um importante fator de articulação entre o poder régio e o poder concelhio. Sob a ótica da Coroa, os concelhos representavam a sua principal fonte de receita fiscal, procedente não só dos impostos arrecadados a título ordinário, mas também das contribuições extraordinárias (*serviços, pedidos*, etc.) que estes faziam quando para isso solicitados. Sob a ótica dos concelhos, o fisco régio configurava um encargo de peso variável, que os seus moradores, – e, em particular, os não-privilegiados do ponto de vista fiscal –, tinham de suportar em contrapartida pelas liberdades, privilégios e proteção

dispensada pela monarquia, dentro de uma lógica de partilha de poderes e direitos fiscais, plasmada nas cartas de foral emanadas do poder real.

Por outro lado, a fiscalidade régia foi um elemento central da governação urbana, pois competia às edilidades negociar as condições de aplicação dessas contribuições extraordinárias, denunciar os abusos praticados pelos oficiais régios e ainda requerer a atribuição de privilégios e benefícios fiscais. Em determinadas ocasiões, coube-lhes ainda o papel de agentes do fisco régio, quando a organização do processo de recolha de impostos que pertenciam à Coroa (em particular, os *pedidos*) ficou a cargo das autoridades municipais².

Foi dentro deste quadro geral que se estabeleceu uma articulação própria entre o concelho de Lisboa e a Coroa, ao nível da qual é possível observar dinâmicas de cooperação e de conflito. Uma relação que, por sinal, se revestiu de alguma especificidade, devido, por um lado, ao protagonismo da cidade no contexto da rede urbana medieval portuguesa e da fiscalidade régia; e, por outro lado, devido à projeção social e política da sua elite dirigente.

1.1 A fiscalidade régia em Lisboa.

Em Lisboa, após a conquista da cidade pelas forças cristãs, em 1147, o poder régio estabeleceu um complexo aparato fiscal, que foi objeto de um primeiro enquadramento, em 1170 e 1179, sob a forma de duas cartas de foral: uma dirigida aos mouros forros da cidade³, e outra ao concelho⁴. No período subsequente, o elenco fiscal presente nestes textos sofreu diversas alterações, por via da incorporação de novas soluções fiscais (*dízima alfandegária, tabeliado*, etc.); da atualização das taxas

² Sobre a participação municipal na fiscalidade régia, veja-se: GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direção Geral das Contribuições e Impostos – Ministério das Finanças, 1964, pp. 79-86.

³ *ORDENAÇÕES Afonsinas* – Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes, 2ª ed., vol. 2, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 529-531. BARROS, Maria Filomena Lopes de – *A Comunidade Muçulmana de Lisboa: séculos XIV e XV*. Lisboa: Hugin, 1998, pp. 63-70.

⁴ “Foral de Lisboa de 1179”. In CAETANO, Marcelo – *A administração municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1383)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981, pp. 114-123. No foral de 1179, encontra-se consagrada a aplicação da *jugada, açougagem, salaio, alcavala, condado, dizima do pescado, portagens e dizima da telha*. Todavia, o texto foralengo não apresenta um elenco sistemático das obrigações fiscais dos moradores de Lisboa e respetivo alfoz, referindo apenas aquelas que, à data da outorga do foral, se pretendeu fixar ou atualizar. Com efeito, o foral é omissivo em relação a certos encargos, cuja satisfação estava já então estabelecida. Tal pode ter sido o caso da *fangagem*, das *costumagens*, do *mordomado* e do *direito dos lombos*, que surgem documentados a partir do século XIV, embora a sua arrecadação fosse, por certo, muito anterior. Sobre o conteúdo fiscal do foral, veja-se: ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2020, pp. 38-106. Dissertação de Mestrado, pp. 38-48.

adscritas a alguns desses impostos; e da atribuição de privilégios de isenção⁵. Por exemplo, em 1378, D. Fernando isentou os moradores da cidade do *alfolim do sal*⁶; e, em 1384, D. João, Mestre de Avis, produziu uma reordenação do quadro fiscal aplicado na cidade⁷, pois abdicou da cobrança da *jugada*, da *relegagem*, do *salaio*, do *mordomado*, da *anadaria*, do *direito dos lombos*, da *açougagem*, da *mealharia* e da *alcavala*⁸.

Na cronologia aqui privilegiada, Lisboa encontrava-se, por um lado, enquadrada no âmbito de uma fiscalidade régia de tipo senhorial, aplicada pela Coroa ao nível dos concelhos que integravam o senhorio régio e que, apesar da existência de elementos fiscais comuns, tinha uma configuração própria em cada um, subjacente à respetiva carta de foral, às suas práticas consuetudinárias e aos seus privilégios em relação ao quadro geral dos direitos reais. Ou seja, não tinha um âmbito de aplicação geral, nem tão-pouco uniforme. Em Lisboa, esta fiscalidade de tipo senhorial traduzia-se na cobrança de direitos que recaíam sobre o trânsito de mercadorias (*portagens*, *costumagens*, *dízima alfandegária*, etc.), sobre a utilização dos fornos de telha (*dízima da telha*), sobre a pesca (*dízima do pescado*), sobre a escrita (*tabeliado*), sobre as minorias étnico-religiosas (judeus, *genesim*, *serviço real dos judeus*, etc.; e muçulmanos, *azaqui*, *alfitra*, etc.), sobre a atividade agrícola (*jugada*) e sobre o comércio urbano (*relegagem*, *salaio*, *direito dos lombos*, *açougagem*, *alcavala*, etc.), pelo menos até 1384, data das referidas isenções fiscais concedidas pelo Mestre de Avis⁹.

Por outro lado, desde finais do século XIV, Lisboa estava também enquadrada ao nível de uma fiscalidade de tipo estatal, cuja aplicação resultou de um longo processo por meio do qual se produziu um progressivo alargamento dos poderes fiscais da Coroa, através da adoção de soluções fiscais de caráter geral e de exclusivo usufruto régio. Este processo foi transversal às diferentes formações políticas da Europa Ocidental¹⁰, e, em contexto português, teve início em meados do século XIII, quando

⁵ Sobre esta questão, veja-se: ROSA, Catarina – “Na Lisboa de D. João I (1385-1433): fiscalidade régia e abastecimento”. In ANDRADE, Amélia Aguiar, SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *Abastecer a cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2020, p. 515.

⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 30v-31.

⁷ ROSA, Catarina – “Na Lisboa de D. João I (1385-1433): fiscalidade régia...”, p. 518.

⁸ *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*. Organização e revisão geral de João Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, vol. 1, t. 1 (2004), doc. 420, pp. 219-221.

⁹ Sobre a fiscalidade de tipo senhorial em Lisboa, veja-se: ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval*..., pp. 48-106.

¹⁰ Sobre esta questão, veja-se, por exemplo: BONNEY, Richard (ed.) – *Rise of the Fiscal State in Europe c. 1200-1815*. Oxford: Oxford University Press, 1999. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel – *El nacimiento de la fiscalitat d'Estat a Catalunya: segles XII-XIV*. Girona: Eumo Editorial - Universitat de Girona, 1995. MENJOT, Denis – “L'établissement du système fiscal étatique en Castille (1268-1342)”. In RUCQUOI, Adeline (ed.) – *Genèse médiévale de l'état moderne: la Castille et la Navarre (1250-1370)*. Valladolid: Ambito, 1987, pp. 149-172. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel; FURIÓ, Antoni; SEMA MUÑOZ, Ángel – “Old and New forms of taxation in the Crown of Aragon (13th-14th centuries)”. In *39 Settimana di Studi dell'Istituto Internazionale di Storia Economica "Francesco Datini" di Prato*. Firenze: Firenze University Press, 2008, pp. 99-130.

D. Afonso III obteve, pela primeira vez, o *monetágio*, um subsídio geral, acordado em Cortes, para efeitos de conservação da moeda¹¹. Este expediente revelou-se pouco duradouro, mas introduziu no sistema fiscal régio os princípios que, mais tarde, constituíram os alicerces desta fiscalidade de tipo estatal, enformada pelos *pedidos* régios (a partir de 1385), que recaíam sobre a propriedade individual dos contribuintes, pelas *sisas* (a partir de 1387), que incidiam sobre todas as transações comerciais, e pela *dízima nova do pescado* (a partir de 1420), que onerava a atividade piscatória. Estes impostos distinguem-se dos anteriores, pois a sua aplicação estendia-se de forma uniforme a todo o território português, inclusive aos domínios senhoriais, que, por norma, escapavam ao fisco régio. Para além disso, pertenciam, em exclusivo, ao poder régio, pois nenhum outro senhor, nobre ou eclesiástico, estava autorizado a proceder à sua cobrança nos respetivos senhorios. A fiscalidade de tipo estatal não substituiu a anterior de tipo senhorial, tendo-se, em vez disso, verificado uma sobreposição de encargos¹².

1.2 O protagonismo de Lisboa na fiscalidade régia.

Os interesses fiscais da Coroa estavam concentrados em Lisboa, pelo menos desde a segunda metade do século XIV. Evidência disso é, por exemplo, a diferença dos montantes pelos quais foram arrendadas as *sisas* no reinado de D. Fernando, pois, enquanto, em Lisboa, atingiram as 105.000 libras anuais em 1382, no resto do reino não ultrapassaram as 21.000 libras, sendo este valor referente ao Porto, Gaia e Vila Nova, também em 1382¹³. Para além disso, de acordo com Fernão Lopes, no início do reinado deste monarca, só a Alfândega da cidade tinha um rendimento anual situável entre 140.000 e 160.000 libras, ou seja, entre 18% e 20% das receitas globais da Coroa (800.000 libras)¹⁴. Esta preponderância foi-se progressivamente acentuando e, na segunda metade do século XV, Lisboa guardava já uma larga distância em relação às demais cidades e almoxarifados do reino, conforme se depreende a partir das cartas de quitação referentes aos direitos reais¹⁵, e da análise do registo orçamental de 1473, no qual as receitas fiscais procedentes de Lisboa perfaziam 33% dos ingressos da

¹¹ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 107-113.

¹² Para uma visão geral desta fiscalidade de tipo estatal em Portugal, veja-se: ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 107-151.

¹³ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães Editores, 1999, pp. 163-168.

¹⁴ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 5.

¹⁵ DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa – *O Financiamento da Coroa Portuguesa nos finais da Idade Média: entre o “Africano” e o “Venturoso”*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. Tese de Doutoramento, pp. 117-125, 132-140.

fazenda real¹⁶. Em acréscimo, cabiam-lhe ainda as principais contribuições de caráter extraordinário, conforme evidenciado pela repartição do *pedido* dos 60 milhões, concedido pelos povos nas Cortes de 1478¹⁷.

O protagonismo de Lisboa no contexto da fiscalidade régia resultou da conjugação de diversos fatores. Desde logo, as suas dimensões e o seu peso demográfico, subseqüentes da conjuntura de acentuado crescimento que a cidade viveu desde meados do século XIII e que, apesar da contração demográfica do século XIV, foi retomada a partir da centúria seguinte, durante a qual a sua população praticamente duplicou¹⁸. Esta dinâmica demográfica foi acompanhada pelo progressivo alargamento da sua área urbana intramuros, – que, após a edificação da Cerca Fernandina, compreendia mais de 100 hectares –, e pela ampliação e multiplicação dos seus arrabaldes¹⁹. Assim, – embora, em contexto europeu, Lisboa fosse um núcleo urbano de médias dimensões –, em Portugal, configurava a maior e mais densamente povoada cidade do reino, e, por conseguinte, aquela que reunia um maior número de contribuintes²⁰.

Por outro lado, destacava-se pela sua intensa atividade económica, favorecida pela sua posição geográfica privilegiada, assegurada pela sua implantação na embocadura de um dos principais cursos de água peninsulares, o rio Tejo, cujo estuário configurava um porto natural, amplo, abrigado e de eficaz ligação ao vasto e rico *hinterland* que se estendia desde a Cordilheira Central ao Alto Alentejo. Para além das excelentes condições que o estuário do Tejo oferecia à navegação fluvial e marítima, o seu sítio proporcionava-lhe ainda um fácil acesso a importantes reservas de matérias-primas (pedra, madeira, etc.), indispensáveis às atividades artesanais e construtivas²¹. Mais ainda, a sua proximidade ao Atlântico, permitiu-lhe, logo no século XIII, tornar-se num ponto de confluência das rotas mercantis procedentes do Mediterrâneo e do Atlântico Norte. Em finais do século XIV, a sua área de influência

¹⁶ FARO, Jorge – *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: subsídios documentais*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1965, doc. 8, pp. 82-83.

¹⁷ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos...*, p. 173.

¹⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”. In MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas: séculos XII-XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, 1990, p. 55.

¹⁹ ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa”. In *Mercado Inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente europeo (siglos XI-XV)*, *Actas da XXXIII Semana de Estudios Medievales*, Estella 17-21 de Julio 2006. Pamplona: Gobierno de Navarra - Institución Príncipe de Viana, 2007, p. 372. ANDRADE, Amélia Aguiar – “Lisboa Medieval, Cabeça do Reino, Cidade de Muitas e Desvairadas Gentes”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; FARELO, Mário; GOMES, Marta (ed.) – *Pão, carne e água: memórias de Lisboa medieval*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa - Instituto de Estudos Medievais, 2019, p. 37.

²⁰ Para um panorama geral da população urbana do Portugal medieval, veja-se: MIRANDA, Flávio – “Urban economy in a ‘Kingdom without cities’: population and exchange in late medieval Portugal”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (eds.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2013, pp. 175-183.

²¹ Para uma visão global das vantagens do sítio de Lisboa, veja-se: ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico...”, pp. 355-358.

configurava uma intrincada rede de ligações que englobava não só todo o território português, mas também as principais cidades europeias²².

O potencial económico e fiscal de Lisboa foi, desde cedo, reconhecido pela Coroa, que, sob o impulso de D. Afonso III e dos seus sucessores, desenvolveu uma estratégia de apoio à cidade, subjacente à atribuição de privilégios e doações, à realização de investimentos imobiliários, ao enquadramento dos encargos fiscais aí aplicados, à implantação de uma complexa máquina fiscal, à edificação de infraestruturas de apoio à construção naval, à opção de centralizar o grosso do comércio internacional em Lisboa (a partir de 1375), e de a converter na base da expansão ultramarina, conferindo-se o papel de ponto de partida e de chegada das embarcações que faziam escala nas ilhas atlânticas e na costa africana²³. Este interesse da realza pela cidade traduziu-se ainda nas frequentes e prolongadas estâncias da comitiva régia e na instalação de importantes estruturas administrativas (Arquivo real, Contos, etc.). Assim, desde meados do século XIII que Lisboa configurava o espaço preferencial da presença régia e do exercício do poder real²⁴. Uma situação que, a par da sua já referida pujança económica, se revelou favorável à constituição e consolidação de grandes fortunas ligadas ao comércio, ao crédito e ao arrendamento dos direitos reais. Com efeito, Lisboa não só reunia um maior número de contribuintes, como também aqueles que podiam solver quantitativos fiscais mais elevados²⁵.

1.3 A instituição camarária e a elite dirigente de Lisboa.

Os fatores anteriormente coligidos que explicam o papel de destaque da cidade na fiscalidade régia ajudam também a perceber a especificidade da sua instituição camarária e da sua elite dirigente. Desde logo, já em finais do século XIV, Lisboa dispunha do maior elenco governativo do reino em virtude de uma ampliação e especialização gradual, que se revelou necessária face ao seu crescente dinamismo económico e à multiplicação e complexificação das suas atividades jurídicas e

²² ANDRADE, Amélia Aguiar; MIRANDA, Flávio – “Lisbon: Trade, Urban Power and the King’s Visible Hand”. In BLOCKMANS, Wim; WUBS-MROZEWICZ, Justyna; KROM, Mikhail (ed.) – *The Routledge Handbook of Maritime Trade Around Europe, 1300-1600: Commercial Networks and Urban Autonomy*. London: Routledge, 2017, pp. 336-342.

²³ ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico...”, pp. 366-375. MIRANDA, Flávio; FARIA, Diogo – “Lisboa e o comércio marítimo com a Europa nos séculos XIV e XV”. In FONTES, João Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coords.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 251-266. MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana – “‘A port of two seas’. Lisbon and European Maritime Networks in the Fifteenth Century”. In *Maritime Networks as a factor in European Integration*. Firenze: Firenze University Press, 2019, pp. 339-353.

²⁴ ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico...”, pp. 367-371.

²⁵ DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa – *O Financiamento da Coroa Portuguesa...*, pp. 132-140.

burocráticas²⁶. Por sua vez, a elite de poder da cidade destacava-se pela preeminência dos seus membros, que radicava nas suas fortunas pessoais, – ligadas, na maior parte dos casos, à atividade mercantil e à especulação imobiliária –, no seu estatuto social, pois a instituição camarária integrava elementos nobiliárquicos e indivíduos com acesso privilegiado à figura régia²⁷; e ainda na sua preparação, pois, pelo menos a partir do último quartel do século XIV, o elenco municipal contou com a inserção regular de letrados, a maior parte dos quais formados em leis²⁸.

Não obstante, a Coroa exercia um controlo efetivo sobre o poder municipal, assegurado pela presença de oficiais régios no elenco camarário (juizes por el-rei, regedores, procurador dos feitos do rei, alcaide, corregedor, etc.), pela ingerência do poder régio nas eleições e nomeações dos ofícios concelhios, por via da sua designação direta ou através da sua confirmação; e ainda pela interferência em assuntos de competência municipal²⁹. Para além destas formas de controlo, cujo âmbito de aplicação ultrapassava Lisboa, verificou-se, nesta cidade, um estreitamento da relação da sua elite de poder com o oficialato régio, devido à inserção no elenco camarário de indivíduos para os quais o desempenho de cargos concelhios configurava uma plataforma de projeção social para o serviço régio ou representava a etapa final de um percurso profissional ao serviço do rei, regra geral no âmbito do oficialato régio de implantação local³⁰. Mais ainda, este estreitamento deveu-se à existência de laços de dependência pessoal entre o rei e alguns dos membros do elenco camarário, que eram vassalos, criados ou privados do rei ou beneficiários de mercês emanadas do poder real³¹. Com efeito, a edilidade lisboeta apresentava um elevado nível de compromisso em relação à Coroa e a sua autonomia funcional era bastante limitada. Fatores que, naturalmente, condicionaram a articulação entre os dois poderes no domínio da fiscalidade régia.

2. Um diálogo entre poderes: dinâmicas de conflito e cooperação.

No domínio da fiscalidade, a referida articulação entre os dois poderes traduziu-se num diálogo, que teve, nas reuniões de Cortes, o seu principal palco. Aí, os concelhos, pelas mãos dos seus procuradores, apresentavam os seus agravos e petições junto

²⁶ Sobre a evolução da orgânica interna do concelho de Lisboa, veja-se: MARTINS, Miguel Gomes – “O concelho de Lisboa durante a Idade Média: Homens e Organização Municipal (1179-1383)”. In *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª série, nº 7. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2004, pp. 65-110. FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 33-96. RODRIGUES, Maria Teresa Campos – *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1966. Separata da *Revista Municipal*, nº 101-109, pp. 42-68.

²⁷ FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 7, 169-196.

²⁸ FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 197-206.

²⁹ FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 267-268, 273-293.

³⁰ FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 297-308.

³¹ FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 301-303.

da Coroa, fazendo-o por intermédio dos seus capítulos especiais, que registavam os agravos específicos de cada concelho, e através dos capítulos gerais dos povos, que resultavam da junção das queixas e requerimentos transversais aos vários concelhos presentes em Cortes. Capítulos estes que refletiam, sobretudo, as preocupações e interesses das principais cidades e vilas do reino, entre as quais e, em particular, Lisboa³².

Não obstante, independentemente da realização destas assembleias, o concelho e a Coroa mantinham um diálogo contínuo, traduzido numa intensa troca de correspondência, por certo, facilitada pelas longas estâncias do rei na cidade e, de resto, evidenciada pelos fundos documentais do Arquivo Municipal de Lisboa e pelos livros da *Chancelaria régia*³³. Cartas de procedência mormente régia, que, a par dos referidos capítulos gerais dos povos e especiais de Lisboa configuram o alicerce da análise que adiante se apresenta.

Dada a impossibilidade de abordar todas as situações de conflito e cooperação entre os dois poderes ao nível da fiscalidade régia, esta análise ocupa-se dos encargos fiscais que protagonizaram o diálogo entre os interlocutores em presença, a saber: os *direitos de portagem*, os *serviços*, e, principalmente, os *pedidos régios* e as *sisas*.

Direitos de portagem

Os *direitos de portagem* motivaram um grande número de agravos apresentados pelo concelho em Cortes e um número também significativo de cartas régias, sobretudo no século XIV. Uma situação que resultou, principalmente, da complexidade subjacente à arrecadação dos direitos da Portagem, à qual não só pertenciam as *portagens* e *costumagens*, que incidiam sobre a entrada e saída de mercadorias na cidade, mas também outros direitos, designadamente: a *dízima da telha*, o *salaio*, a *alcavala*, a *dízima do pescado*, e, por fim, a *dízima nova do pescado*³⁴.

Para além disso, a complexidade associada à Portagem advinha da vigência de um regime de exceção, plasmado a diversos níveis, e da circunstância de aí as mercadorias serem tributadas em função da sua proveniência, da sua via de acesso à cidade e do volume da carga, aplicando-se também taxas diferentes para a entrada e para a saída dos produtos. Ou seja, ao contrário do que acontecia na Alfândega, onde vigorava uma taxa *ad valorem* única, a *dízima*, na Portagem aplicavam-se taxas *ad valorem* (*dízima*, 3 dinheiros do maravedi, etc.) e *ad ponderum* (3 soldos e 9 dinheiros,

³² SOUSA, Armindo – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 488-491. SOUSA, Armindo – “O discurso político dos concelhos nas Cortes de 1385”. *História - Revista da Faculdade de Letras*, série II, vol. 2, Porto (1985), pp. 19-25.

³³ ANDRADE, Amélia Aguiar – “La dimensión urbana de un espacio atlántico...”; pp. 351-354.

³⁴ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, p. 57.

5 soldos, 7 soldos e meios, 15 soldos, 1 almude por túnel, etc.) diferenciadas, o que dificultava o processo de recolha fiscal e facilitava a ocorrência de situações de abuso por parte dos oficiais e rendeiros desta instituição, sendo que o próprio sistema de arrendamento dos direitos reais, que se generalizou a partir do século XIV, também propiciava este tipo de situações³⁵.

O combate aos abusos dos oficiais e rendeiros da Portagem foi justamente o motivo alegado por D. Fernando para justificar a elaboração do Foral da Portagem, por volta de 1377³⁶. Um diploma que regista em grande detalhe os moldes em que, à data da sua elaboração, se procedia à arrecadação dos direitos que pertenciam à Portagem, introduzindo, todavia, algumas inovações destinadas a rentabilizar esta instituição fiscal, tendo-se, por exemplo, retirado as vantagens anteriormente reconhecidas a alguns mercadores portugueses e estrangeiros e anulado o privilégio de isenção do qual gozavam os moradores da adição³⁷. Estas inovações foram, no entanto, prontamente contestadas pelo concelho e o rei, face à veemência da sua argumentação, escudada pela vigência do *costume* como fonte de direito local, acabou por ceder, pelo que o Foral da Portagem se manteve em vigor, mas sem as referidas inovações³⁸.

A aplicação dos *direitos de portagem* gerou, portanto, alguma conflitualidade entre o concelho e o poder régio, sobretudo no reinado de D. Fernando, que foi, de resto, um período bastante conturbado para relação entre os dois poderes. Todavia, a partir de 1384, – quando D. João, Mestre de Avis, isentou os moradores de Lisboa do pagamento das *portagens* e das *costumagens* a satisfazer pelas mercadorias trazidas de outras partes do reino à cidade e pelos produtos daí exportados, quer para consumo próprio, quer para efeitos comerciais³⁹ –, estes direitos deixaram de ser um foco de conflito, pois incidiam quase exclusivamente sobre as pessoas de fora, que não tinham morada na cidade⁴⁰.

Serviços

Os *serviços* tiveram também um importante papel no diálogo e na articulação entre os dois poderes, pois, ao longo dos séculos XIV e XV, o concelho de Lisboa, a par de outros, concedeu à Coroa múltiplos *serviços*, ou seja, donativos *ex gratia*, tendo-o feito sob pretextos diversos (reparação das fortalezas do reino, criação da

³⁵ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 74-76.

³⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Núcleo Antigo*, 357 (Foral da Portagem de Lisboa).

³⁷ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, p. 78.

³⁸ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, p. 78.

³⁹ *LIVRO dos pregos: estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices* – VIEGAS, Inês Morais; GOMES, Marta (coords.), MARTINS, Miguel Gomes; LOUREIRO, Sara de Menezes (trans.), Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016, doc. 133, pp. 261-262.

⁴⁰ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 81-82.

infanta D. Beatriz, etc.)⁴¹. A atribuição destes donativos era objeto de negociações entre o poder régio e a instituição camarária, a cargo da qual ficava a arrecadação das verbas prometidas. Para o efeito, o concelho podia lançar *talhas*, *fintas* ou *sisas*, ou seja, os impostos do sistema fiscal municipal que, mediante o aval régio, os concelhos aplicavam em situações de aperto financeiro⁴², uma prática que, em contexto português, está documentada a partir do século XIII⁴³. Em contrapartida, o concelho obtinha graças e mercês. Exemplo disso, foi o privilégio atribuído por D. Fernando, em 1373, aos moradores e vizinhos de Lisboa, dispensando-os de prestar serviço militar na fronteira durante os três anos seguintes, em retribuição pelo *serviço* prometido pelo concelho para pagar a criação da infanta D. Beatriz⁴⁴. Ou ainda, a mercê outorgada aos juizes, procurador, vereadores, escrivão da câmara e procuradores dos mestres da cidade, que foram dispensados de integrar os contingentes enviados para Castela⁴⁵. Um privilégio que coincidiu precisamente com a atribuição de um *serviço* para ajudar a pagar os soldos dos referidos contingentes⁴⁶.

A concessão de *serviços* em resposta às solicitações régias de apoio financeiro, dado o seu carácter voluntário de concessão *ex gratia* e a perspectiva de retribuição sob a forma de privilégios, aponta para uma dinâmica colaborativa entre os dois poderes, embora a capacidade negocial do concelho, à luz dos dados documentais disponíveis, por sinal bastante escassos, fosse aparentemente bastante reduzida, cingindo-se à negociação dos termos do subsídio. Por exemplo, em 1357, quando D. Afonso IV requereu ao concelho um *serviço* de 60.000 libras para suportar as despesas com a reparação dos castelos e fortalezas do reino, a edilidade conseguiu reduzir esse valor para metade, evocando as suas próprias dificuldades financeiras⁴⁷.

Pedidos

O diálogo entre o concelho e o poder régio foi também protagonizado pelos *pedidos* régios, cuja arrecadação se generalizou a partir de 1385⁴⁸. Os *pedidos* configuravam um imposto geral de carácter extraordinário votado em Cortes que incidia sobre a propriedade individual dos contribuintes, isto é, os não-privilegiados, em proporção à sua riqueza pessoal, segundo os escalões previamente acordados

⁴¹ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 113-122.

⁴² HENRIQUES, António Castro – *State Finance, War and Redistribution in Portugal, 1249-1527*. York: Universidade de York, 2008. Tese de doutoramento, p. 207.

⁴³ Em Lisboa, a prática de lançar *talhas* e *fintas* remonta, pelo menos, a 1260. FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa...*, p. 270.

⁴⁴ *LIVRO dos pregos...*, doc. 71, p. 148.

⁴⁵ *LIVRO dos pregos...*, doc. 464, p. 577.

⁴⁶ *LIVRO dos pregos...*, doc. 413, 414, 415, pp. 538-540.

⁴⁷ Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (AML-AH), *Livro 1º de Serviços a El-Rei*, doc. 2.

⁴⁸ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, p. 123.

em Cortes⁴⁹. A génese da sua arrecadação insere-se no contexto da guerra contra Castela, mas prolongou-se para lá deste conflito, tendo sido, ao longo do século XV, um expediente de receita extraordinária utilizado pela Coroa para financiar expedições militares, pagar os casamentos dos monarcas portugueses (D. Afonso V), dos príncipes herdeiros (D. Duarte, D. João, D. Afonso) e das princesas da casa real (D. Beatriz, D. Isabel, D. Joana, D. Leonor) e reabilitar a fazenda real em momentos de particular dificuldade (1460, 1482)⁵⁰.

Os *pedidos* régios foram também objeto de um grande número de agravos apresentados em Cortes. Aí, os povos procuravam obter da parte da Coroa o reconhecimento do privilégio de isenção do pagamento dos *pedidos* para certas pessoas, designadamente viúvas, órfãos, e outros (1391, artigo 13º, 1401, artigo 3º, 1442, artigo 3º, 1477, artigo 2º); pediam que os contadores régios não interferissem na arrecadação dos *pedidos* (1475, artigo 15º, 1477, artigo 13º), exigiam que o seu lançamento se fizesse apenas a título excecional, em situações de particular urgência (1433, artigo 130º), que os *pedidos* fossem sempre negociados em Cortes e lançados mediante o consentimento dos povos (1389, artigo 35º, 1433, artigo. 130º), que os avaliadores e lançadores fossem mudados periodicamente (1436, artigo 19º), e que os róis dos contribuintes fossem atualizados regularmente (1459, artigo 5º). Por outro lado, denunciavam situações diversas, queixando-se daqueles que se procuravam eximir deste encargo (1389, artigo 11º, 1390-91, artigo 6º, 1391, artigo 12º, 1418, artigo 42º), da forma como se faziam as avaliações das fortunas dos contribuintes, que, com frequência, incluíam imóveis que estes possuíam em lugares onde não eram moradores (1389, artigo 17º), e bens que não geravam qualquer rendimento ou tinham reduzido valor (1391, artigo 11º, 1427, artigo 36º)⁵¹.

Neste sentido, os capítulos gerais revelam que os *pedidos* régios motivaram alguma conflitualidade entre a Coroa e os concelhos. Porém, – à exceção da petição feita pelos concelhos nas Cortes de Coimbra de 1385 para que, daí em diante, D. João I não voltasse a lançar *pedidos*⁵² –, os povos não se opuseram à arrecadação deste imposto, limitando-se a apresentar as referidas queixas e requerimentos. Esta aceitação resultou da conjugação de diversos fatores. Desde logo, os *pedidos* configuravam um direito real, escudado por uma antiga prática de origem senhorial baseada no conceito de ajuda feudal, o *auxilium*⁵³. Em segundo lugar, alguns dos

⁴⁹ Para uma visão global dos *pedidos* régios, veja-se: GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direção Geral das Contribuições e Impostos – Ministério das Finanças, 1964.

⁵⁰ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal...*, pp. 206-210. HENRIQUES, António Castro – *State Finance, War and Redistribution...*, p. 214.

⁵¹ SOUSA, Armindo – *As Cortes Medievais...*, vol. 2, pp. 225-499.

⁵² CAETANO, Marcelo – *As Cortes de 1385*. T. 5, vol. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1951. Separata da *Revista Portuguesa de História*, p. 98.

⁵³ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal...*, pp. 39, 130-131.

membros das elites camarárias integravam o grupo dos privilegiados, pois incluíam elementos nobiliárquicos, vassalos do rei e beneficiários de mercês régias⁵⁴, que estavam dispensados do pagamento dos *pedidos* para os quais só a título excecional contribuíam⁵⁵. Em terceiro lugar, houve diversas ocasiões (1460, 1478, pelo menos), em que a nomeação dos oficiais responsáveis pela arrecadação dos *pedidos* (lançadores, recebedores, sacadores, avaliadores, requeredores, etc.) ficou a cargo das autoridades municipais⁵⁶.

Por fim, em quarto e último lugar, a convocação de Cortes para solicitar a outorga de *pedidos* foi um princípio que se impôs desde cedo e cujo cumprimento os povos procuraram assegurar, tendo, por diversas vezes, solicitado a sua reiteração por parte da Coroa. Este foi, sem dúvida, um fator decisivo para a legitimação dos *pedidos*, pois, ao reunir Cortes, o poder régio reconhecia a necessidade do consentimento dos concelhos para aplicação deste tipo de tributação. E, ao mesmo tempo, assegurava o seu caráter extraordinário e proporcionava aos povos a oportunidade de obter mercês, denunciar abusos e intervir no processo de decisão das condições de aplicação dos *pedidos*⁵⁷. Não obstante, convém notar que a reunião de Cortes para este fim se destinava essencialmente a acautelar a potencial oposição dos povos, pois, na prática, a Coroa podia lançar *pedidos* sem a sua aprovação, conforme, aliás, aconteceu em 1429⁵⁸. E, de resto, a capacidade negocial dos concelhos era, na verdade, reduzida e os compromissos assumidos pelos reis não tinham um caráter vinculativo e nem sempre foram cumpridos⁵⁹.

Por outro lado, – embora os quantitativos dos *pedidos* tenham aumentado substancialmente ao longo do século XV, principalmente a partir de 1460, que foi um autêntico ponto de viragem, conforme observado por Iria Gonçalves⁶⁰ –, os seus valores devem ser relativizados atendendo à progressiva desvalorização monetária, ocorrida, sobretudo, a partir de 1384. A título de exemplo, as 3.500.000 libras outorgadas a D. João I, em 1391, equivaliam a 20.348 marcos de prata, cotados à razão de 172 libras por cada marco⁶¹, enquanto os 34.500.000 reais outorgados a D. Afonso V, em 1460, correspondiam a 23.000 marcos de prata, cotados em 1.500 reais⁶². Com efeito, em termos metálicos, o incremento do valor dos *pedidos*, entre 1391 e 1460, foi de apenas 13%. No entanto, os 60 milhões do *pedido* de 1478 valiam

⁵⁴ FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, Tese de doutoramento, pp. 137-139, 169-188, 301-304.

⁵⁵ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal...*, pp. 115-126.

⁵⁶ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal...*, pp. 79-86.

⁵⁷ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, p. 131.

⁵⁸ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 126-127.

⁵⁹ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 131-132.

⁶⁰ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e empréstimos públicos...*, p. 23.

⁶¹ MARQUES, António H. de Oliveira – “A moeda portuguesa durante a Idade Média”. In *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Veja, 1980, p. 214.

⁶² MARQUES, António H. de Oliveira – “A moeda portuguesa...”, pp. 219.

aproximadamente 31.646 marcos de prata, cotados a 1.896 reais⁶³, o que significa que, entre 1391 e 1478, o aumento foi de 56% e, entre 1460 e 1478, foi de 38%, tendo-se, neste caso, verificado uma evolução significativa. Porém, embora em termos faciais o *pedido* dos 38 milhões de 1490 fosse superior ao *pedido* de 34.500.000 reais de 1460, em termos metálicos o valor deste último foi, na verdade, inferior em 28%⁶⁴.

Para além do declínio do conteúdo metálico das moedas de prata, esta cronologia foi também marcada pela progressiva recuperação demográfica face à contração verificada no século XIV, tendo-se, por isso, operado um alargamento da base contributiva, que, em Lisboa foi, por sinal, bastante significativo, uma vez que a população da cidade praticamente duplicou entre finais do século XIV e o início do século XVI⁶⁵. Mais ainda, a própria conjuntura económica do reino, – que, neste período, se caracteriza pela exploração da costa africana e das ilhas atlânticas e pela multiplicação dos contactos comerciais com o Mediterrâneo e o Norte da Europa –, revelou-se favorável ao enriquecimento de alguns setores da sociedade portuguesa e à constituição de grandes fortunas ligadas à atividade mercantil e ao crédito. Com efeito, afigura-se plausível que se tenha verificado um reforço da capacidade contributiva das pessoas tributáveis, que terá sido mais pronunciado em Lisboa, pelas razões já referidas. O incremento do valor dos *pedidos* não correspondeu, por isso, a um agravamento efetivo da pressão fiscal⁶⁶. Aliás, os escalões contributivos tornaram-se progressivamente mais equitativos⁶⁷.

Não obstante, os *pedidos* régios não deixavam de ser um encargo pesado, sobretudo devido à frequência com que foram requeridos, em particular na década de 90 do século XIV e nas décadas de 40, 50 e 70 do século XV. Uma frequência que, porém, não teve paralelo com o homólogo castelhano, pois, em Castela, entre 1406 e 1476, ou seja, num período de 70 anos, procedeu-se à arrecadação de 34 *pedidos*⁶⁸, enquanto, em Portugal, entre 1385 e 1490, ou seja, num período de 105 anos, se votaram 28 *pedidos*.

Sisas

As *sisas* eram um imposto indireto de origem municipal, que incidia sobre as transações comerciais e do qual ninguém era isento. De início, os concelhos lançavam esta imposição a título extraordinário e mediante o aval régio, quer para

⁶³ MARQUES, António H. de Oliveira – “A moeda portuguesa...”, pp. 219.

⁶⁴ MARQUES, António H. de Oliveira – “A moeda portuguesa...”, pp. 219.

⁶⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa...”, p. 55.

⁶⁶ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, p.136.

⁶⁷ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e Empréstimos Públicos...*, pp. 51, 111-112.

⁶⁸ TRIANO MILÁN, José Manuel – *El reino de Sevilla y los ingresos extraordinarios en la corona de Castilla. Del pedido regio a las contribuciones de la santa hermandad (1406-1498)*. Málaga: Universidad de Málaga, 2017. Tese de Doutoramento, pp. 89-90.

solver despesas próprias da edilidade, quer para satisfazer os já referidos *serviços*. Todavia, no contexto da guerra contra Castela, os concelhos outorgaram as suas *sisas* à Coroa, fazendo-o por força da necessidade imposta pela iminência de uma nova invasão castelhana, quando a memória da anterior estava ainda, por certo, bastante presente. Esta concessão, que teve lugar no *ajuntamento* de Coimbra de 1387, foi feita a título temporário, sendo válida por apenas um ano⁶⁹. Todavia, devido às sucessivas outorgas e prorrogações feitas pelos povos em Cortes, a arrecadação das *sisas* pela Coroa fez-se de forma ininterrupta a partir 1387 e, após o fim da guerra contra Castela, em 1411, o poder régio evocou um novo motivo para as manter sob a sua alçada: a manutenção da Casa real⁷⁰.

De início, a apropriação das *sisas* pela Coroa foi aceite pelos concelhos, não só devido à força dos argumentos utilizados pelo poder régio, mas também devido ao pressuposto de que estas lhes seriam devolvidas. Esta ilusão foi habilmente mantida por D. João I, que reuniu Cortes para negociar os termos da aplicação das *sisas*, prometeu abdicar das *sisas* dos vinhos, embora nunca o tenha feito⁷¹, e procurou ainda fazer concessões, tendo, por exemplo, quitado a terça parte das *sisas*, em 1402, reduzindo a taxa que lhes estava adscrita de 2 soldos para 16 dinheiros por libra⁷². Uma concessão, todavia, pouco duradoura, pois, em 1408, a terça parte das *sisas* foi reinstituída, sob o pretexto de estabelecer as casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique e não há quaisquer evidências de que tenha sido de novo quitada depois de concluída a dotação dos infantes⁷³. Assim, D. João I deu continuidade à aplicação das *sisas*, mantendo a possibilidade da sua devolução no horizonte dos povos, algo que D. Duarte, pelo contrário, não procurou fazer, tendo-o deixado bastante claro logo nas Cortes de 1433, quando, em resposta ao pedido dos povos para que fizesse cumprir a referida promessa do seu pai, afirmou que não tinha intenção de abdicar das *sisas* do vinho, pois as despesas da Coroa não podiam ser suportadas de outro modo⁷⁴.

Entretanto, os regimentos relativos às *sisas*, elaborados em 1387, 1398, 1418 e 1476, produziram um progressivo agravamento deste imposto, sobretudo, ao nível das práticas envolvidas na sua arrecadação, pois impuseram um aparelho de apertado controlo sobre a atividade mercantil⁷⁵, introduzindo, por exemplo, os varejamentos, ou seja, a inspeção trianual das mercadorias⁷⁶, e a obrigatoriedade de fazer acompanhar os produtos exportados de forma a assegurar a cobrança das *sisas*

⁶⁹ GONÇALVES, Iria – *Pedidos e Empréstimos Públicos...*, doc. 3, pp. 213-215.

⁷⁰ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 137-142.

⁷¹ Ponte de Lima, Arquivo Municipal, *Pergaminho*, nº 19, fl. 9.

⁷² FARO, Jorge – *Receitas e Despesas...*, doc. 6, pp. 48-50.

⁷³ FARO, Jorge – *Receitas e Despesas...*, doc. 6, pp. 48-50.

⁷⁴ Ponte de Lima, Arquivo Municipal, *Pergaminho*, nº 19, fl. 9.

⁷⁵ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, pp. 144-145.

⁷⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 51 (1398), fl. 117 (1418).

sobre os artigos vendidos no estrangeiro aquando o retorno do seu proprietário⁷⁷. Estas restrições, – a par dos frequentes abusos praticados pelos rendeiros e da usurpação por parte do rei da prerrogativa municipal de prover o juiz das *sisas*⁷⁸ –, contribuíram de forma decisiva para a oposição dos povos. E, assim, quando se tornou evidente que a Coroa não tinha intenção de abdicar das *sisas*, os concelhos exigiram a sua devolução, tendo-o feito nas Cortes de 1439, 1459 e 1481-1482, onde as suas reivindicações foram sucessivamente indeferidas⁷⁹.

O concelho de Lisboa, todavia, não se opôs às *sisas*. Aliás, um dos seus capítulos especiais apresentados nas Cortes de 1439, refere que não era sua intenção que o rei abdicasse deste imposto, pois entendia que era necessário para a manutenção da Casa real. Não obstante, exigia a abolição dos varejos e dos restantes artigos⁸⁰. Uma posição que denota de forma bastante clara o já referido comprometimento da edilidade lisboeta em relação à Coroa⁸¹.

3. Os privilégios.

A colaboração entre os dois poderes desenvolvia-se, todavia, de parte a parte, ou seja, não partia apenas do concelho. Evidência disso, é o facto da edilidade lisboeta ter obtido privilégios fiscais particularmente vantajosos, o que resultou, sobretudo, do seu papel chave em conjunturas específicas, designadamente a crise dinástica de 1383-1385, no contexto da qual, por ter sido a primeira cidade a pronunciar-se declaradamente contra a Regência de D. Leonor e ter recebido D. João, Mestre de Avis, como Regente e Defensor do Reino⁸², foi recompensada pelo seu apoio e pelos serviços prestados, tendo recebido os já referidos benefícios fiscais, que produziam uma reordenação do aparato fiscal estabelecido nesta cidade e permitiram-lhe consolidar a sua posição de principal cidade do reino⁸³.

Outra dessas conjunturas foi a transferência da regência de D. Leonor para D. Pedro, em 1439. Uma decisão política que foi impulsionada por Lisboa e depois seguida pelas demais cidades e vilas do reino⁸⁴. Nesta ocasião, o apoio de Lisboa foi, mais uma vez, decisivo, tendo, por isso, sido recompensada com a anuência do

⁷⁷ Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 117v. (1418).

⁷⁸ ROSA, Catarina – *Fiscalidade régia: o caso da Lisboa medieval...*, p. 148.

⁷⁹ SOUSA, Armindo – *As Cortes Medievais...*, vol. 2, pp. 327, 364, 477.

⁸⁰ *CORTES Portuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1439*. Organização e revisão geral de José Alves Dias e Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016, pp. 295-296 (artigo 3º).

⁸¹ FARELO, Mário – *A oligarquia camarária de Lisboa...*, pp. 273-274, 302.

⁸² COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, pp. 46-50.

⁸³ ROSA, Catarina – “Na Lisboa de D. João I...”, pp. 515.

⁸⁴ MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Vol. 1. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979, pp. 2-65.

infante D. Pedro às solicitações feitas pelo concelho nas Cortes de 1439, nas quais, conforme foi referido, requereu a abolição dos varejos e do princípio de acompanhar as mercadorias exportadas⁸⁵.

Para além destas conjunturas mais específicas, o poder régio mostrou-se, de um modo geral, bastante recetivo aos requerimentos do concelho, tendo-lhe, por exemplo, atribuído o privilégio de escolher o escrivão das *sisas*⁸⁶, o que é revelador do tratamento preferencial da realza em relação à cidade, uma vez que, quando, em 1418, os povos solicitaram que este oficial fosse eleito por pelouros, em vez de provido por cartas régias, o rei indeferiu o seu pedido⁸⁷.

Considerações finais

Assim, ao longo do presente texto, foi possível demonstrar que, nos séculos XIV e XV, a fiscalidade régia foi um elemento estrutural da governança da cidade de Lisboa, pois a aplicação dos impostos régios esteve sujeita a um processo de negociação, em que a Coroa procurou obter o apoio da cidade e esta, por sua vez, resistiu a qualquer forma de arbitrariedade por parte do poder régio e aproveitou para obter privilégios e benefícios fiscais, que lhe permitiram consolidar a sua posição de principal cidade do reino. Neste sentido, verificou-se que a relação entre o concelho e a Coroa foi a este nível essencialmente colaborativa, apesar da ocorrência de situações pontuais de conflito.

⁸⁵ *CORTES Portuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1439...*, pp. 59-69 (artigo 1º).

⁸⁶ *LIVRO dos Pregos...*, doc. 114, p. 232.

⁸⁷ *LIVRO dos Pregos...*, doc. 316, pp. 432-440.